

PODER, DISCURSO E MERCADO: REFLEXÕES A RESPEITO DOS LIMITES E POTENCIALIDADES DA ANÁLISE DO DISCURSO

Marcio Silva Rodrigues (UFPel)¹
Eloise Helena Livramento Dellagnelo (CPGA-UFSC)²

RESUMO

Considerando que tanto o discurso empresarial como o discurso científico (paradigma dominante) constituem-se, atualmente, em um veículo de manifestação/legitimação direta da ideologia vigente, seja para convencer, para impor ou para estabelecer acordos sobre indivíduo, neste trabalho discutimos as características, os usos e as possibilidades da Análise do Discurso como uma proposta teórica e metodológica na qual, além de desnudar a crença em um único sentido, em uma única verdade, forneça meios que possibilitem promover tanto teorias e práticas distantes do modelo hegemônico como, e principalmente, (re)construir sentidos e práticas, em todos os aspectos da vida humana associada, que estejam, de certa maneira, livres das pressões e do discurso e ideologia do mercado. Para realizar esta proposta, primeiramente, apresentamos as noções gerais sobre Discurso e a Análise do Discurso, logo após abordamos as características de duas correntes da Análise do Discurso, a corrente francesa e a corrente inglesa – cuja evolução culminou com a Análise Crítica do Discurso e, por fim, desenvolvemos algumas considerações acerca das possibilidades de uso e de que maneira tal proposta pode auxiliar a romper com discursos e práticas (científicas, políticas, sociais, culturais) tradicionalmente elitistas e excludentes.

Palavras-Chave: Discurso. Poder. Ideologia. Mercado. Análise do Discurso.

¹ marciosilvarodrigues@gmail.com

² eloise@cse.ufsc.br



II Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

Florianópolis - SC - Brasil (Março/2012)

1. ANTELÓQUIO

Mas, o que há, enfim, de tão perigoso no fato de as pessoas falarem e de seus discursos proliferarem indefinidamente? Onde, afinal, está o perigo? (Michel Foucault)

De acordo com Marx (1984, p. 43), “desde sempre pesa sobre o espírito a maldição de estar imbuído de uma matéria que aqui se manifesta sob a forma de camadas de ar em movimento, de sons, numa palavra, sob a forma da linguagem. A linguagem é tão velha como a consciência: é a consciência real. Prática, que existe também para outros homens e que, portanto existe igualmente só para mim e, tal como a consciência”. Partimos, inicialmente, das palavras de Marx, para ilustrar que, além de não existir significação e conhecimento anteriores ao uso da linguagem (WITTGENSTEIN, 1996), essa, quando compreendida como um processo historicamente situado, revela um conjunto de regras que definem, em uma dada época e para uma determinada área social, as condições de exercício da função enunciativa (FOUCAULT, 2004). Dito de outra forma, o discurso pode criar uma dimensão capaz de estabelecer regras de comportamentos, de condutas e de diálogos comuns a uma classe social, agrupamento ou grupos ou da sociedade em geral, aceitos por todos e legitimado como padrão de conduta a ser adotado pela maioria, com a finalidade que os atores sociais evitem o conflito entre si (FARIA e MENEGHETTI, 2001). Como enfatizou Foucault (2007), todo discurso representa uma forma de poder e, conseqüentemente, os discursos que permeiam qualquer campo social são cercados por uma série de disputas, rivalidades e jogos de poder (ver BOURDIEU, 1994). Desse modo, continua Foucault (2007), ao atingir o *status* de ordem dominante, ou ordem do discurso, um determinado discurso, devido ao uso de diversos mecanismos de exclusão, passa a ser controlado, selecionado e redistribuído a partir de um certo número de procedimentos ou normas com o objetivo de conjurar seus poderes e perigos e dominar seus acontecimentos aleatórios. Em decorrência dessa situação, de acordo com Foucault (2007), é sabido que não se tem o direito de dizer tudo, que não se pode falar de tudo em qualquer circunstância, que qualquer um, enfim, não pode falar ou escrever qualquer coisa, pois o discurso “vencedor”, nessa acepção, tornou-se, de certa maneira, uma *doxa*, no sentido atribuído por Bourdieu (1994).

Em síntese, o termo *doxa* refere-se a uma atitude natural da vida diária, ou seja, uma coincidência das estruturas sociais e mentais por meio das quais o mundo magicamente aparece como auto-evidente e sua composição é posta além do alcance do debate e da elaboração (WACQUANT, 2002). Assim, ao estabelecer o que é “correto”, “certo” em oposição ao que é “errado”, o discurso dominante, quando entendido como uma forma de dominação despersonalizada, serve-se dos próprios indivíduos para perpetuar-se no poder e diminuir, por conseguinte, as formas de contestação. Tal situação garante, de certa forma, a manutenção da *doxa*, uma vez que a partir da definição de princípios gerais, o discurso vigente passa a fornecer o ponto de vista a partir do qual a realidade é aprendida e como, diante dele, deveremos nos posicionar. Desse modo, todo aquele que queria ser compreendido ou aceito na sociedade deve adotar o discurso comum a essa para ter credibilidade e se situar em relação às normas que ela enuncia (delimitação imaginária). Todo discurso que foge disto não será, em parte, entendido, pois se situa fora do campo das representações coletivas que este quadro de referências delimita. Tal situação, para Bourdieu (1996) recebe o nome de “linguagem autoriza-

II Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

Florianópolis - SC - Brasil (Março/2012)

da”, ou seja, aquilo que pode ser dito porque segue um padrão lógico e coerente com as intenções de cunho político, econômico ou ideológico vigentes.

Essas considerações servem para ilustrar que a consolidação de um determinado discurso, ou modo de “estar” no mundo (Solé, 2000), constituído de palavras, gestos, expressões e comunicações não verbais, não deve ser compreendida como um processo estanque ou isolado, ao contrário, ela é normalmente, tributária de pano de fundo ideológico. Desse modo, um determinado discurso, quando ideologicamente comprometido com os valores vigentes, torna-se responsável por consolidar, ou melhor, por legitimar uma determinada posição ideológica e, por isso, repassa, através da linguagem essa posição de forma que se faça com que as posições de uns sejam aceitas e tidas como válidas por outros (BOURDIEU, 1996). Em outras palavras, por caracterizar-se como um instrumento de dominação que está, na maior parte dos casos, entrelaçado à ideologia vigente, todo discurso carrega dentro de si um conjunto de idéias, pressupostos e práticas que visam inculcar, em cada indivíduo que compõe o macrosistema social, os valores sob os quais ele foi erigido.

Transportando essas idéias para um plano mais concreto, percebemos a relação entre discurso e ideologia que pode ser evidenciada, em toda sua magnitude, quando se analisa a emergência da sociedade moderna e a conseqüente supremacia do mercado frente a outros enclaves sociais. Neste sentido, argumentamos ser inegável que a consolidação e manutenção dos princípios capitalistas na sociedade moderna ou na sociedade de organizações deve-se, em grande parte, ao fato de que esses encontraram na empresa e no discurso empresarial, sua via material de personificação e disseminação. Corroborando essa afirmação, Cooper e Burrell (2006), em referência a Deleuze e Guatarri, chamam a atenção para a compreensão das organizações, leia-se empresas como máquinas que produzem discursos elaborados de informação e conhecimento, em que os sujeitos humanos são uma parte necessária do fluxo material no qual esse discurso está inscrito. Assim, continuam os autores, o discurso não é mais uma extensão das faculdades ou dos órgãos; estes é que são extensões do discurso.

Como conseqüência direta desse processo e considerando que vivemos em uma sociedade de organizações, servimo-nos das palavras de Guerreiro Ramos (1989), ao referir-se à supremacia do mercado, materializado a partir do discurso empresarial frente a outros enclaves sociais, para ilustrar que nenhuma sociedade, no passado, esteve jamais na situação da sociedade desenvolvida centrada no mercado de nossos dias, na qual o processo de socialização está, em grande parte, subordinado a uma política cognitiva exercida por vastos complexos empresariais que agem sem nenhum controle. De fato, parece evidente que se o mercado tornou-se o principal enclave da sociedade moderna, conseqüentemente, ele transformou-se no modelador da mente dos cidadãos. Em decorrência disso, ao submeter-se aos ditames empresariais, o indivíduo produz uma ideologia semelhante à da empresa e necessariamente não contraditória, ou seja: *“através de sua submissão a metas organizacionalmente estabelecidas e através da absorção gradual dessas metas em suas próprias atitudes, aquele que participa da organização adquire uma personalidade [discurso] de organização, bastante diferente de sua personalidade como indivíduo”*. (GUERREIRO RAMOS, 1989, p. 109).

Neste contexto, enquanto o mercado e, mais especificamente, a moderna empresa capitalista tornava-se a organização de referência de nossa sociedade, no campo científico, de acordo com Gray (2007), as ciências, ao sobrepujarem outras formas de conhecimento como os mitos, tradições, as religiões e a filosofia, outorgaram para si o título de detentora da verdade suprema (racional, dogmática e neutra). Embora aparentemente desconexa, tal situação, quando entendida a partir de um processo histórico, também revela um plano ideológico único, ou seja, a proximidade do discurso científico e, mais especificamente, do discurso da Ci-

II Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

Florianópolis - SC - Brasil (Março/2012)

ência da Administração, com os valores promulgados pela sociedade moderna ou pelo capitalismo.

Desse modo, quando observamos as características gerais que edificaram o paradigma científico dominante, oriundo da associação do positivismo, do funcionalismo e do sistema, percebemos claramente que tanto a administração enquanto ciência como a moderna empresa capitalista foram erigidas apoiadas na associação das características de tal paradigma, ou seja, a partir da racionalização das atividades, com o objetivo de maximizar os resultados, principalmente financeiros e manter a ordem. Assim, vemos que a ciência da administração foi constituída levando em consideração a orientação pecuniária (utilitarismo) e os princípios promulgados pelo paradigma dominante, a saber: a noção de ordem (evolução, continuidade, equilíbrio, sobrevivência), de função (divisão do trabalho, eliminação das variações individuais), de totalidade (supremacia do todo sobre as partes), a negação dos conflitos (concepção integradora e não conflitual da organização). Como resultado dessa condição, a base científica dominante ou o discurso científico dominante incorpora ou legitima a ideologia e as práticas do sistema vigente, e, por conseguinte, também favorece, da mesma forma que o discurso empresarial, as elites e a ordem econômica dominante, tornando-se, assim como acontece no capitalismo, excludente e destinada para uma minoria. Dito de outra forma e relacionando, especificamente, à ciência em questão Ramos (1989, p. 1) afirma que “*a Teoria da Administração, do modo como tem sido concebida é ingênua, porque se baseia na racionalidade instrumental característica da ciência social no Ocidente. Até hoje, essa mesma ingenuidade é a responsável pelo seu sucesso em termos de aplicação prática. Entretanto, esse sucesso é unidimensional e vem exercendo um impacto desfigurador sobre a vida humana associada*” (GUERREIRO RAMOS, 1989; p.1).

Partindo das referidas explicações, é possível perceber que tanto o discurso empresarial como o discurso científico constituem-se, atualmente, em um veículo de manifestação ou legitimação direta da ideologia vigente, seja para convencer, para impor ou para estabelecer acordos sobre o indivíduo. Mais que isso, tais discursos revelam a supremacia de um mundo sobre todos os outros mundos (SOLÉ, 2000), revelam a *doxa* promulgada por Bourdieu e, por conseguinte, tornam cada vez mais difíceis tanto a consolidação de novas posturas científicas como a construção de novos estilos de vida, pois como disse Cornelius Castoriadis, o que há de errado com a sociedade em que vivemos é que ela deixou de se questionar. É um tipo de sociedade que não mais reconhece qualquer alternativa para si mesma e, portanto, sente-se absolvida do dever de examinar, demonstrar, justificar a validade de suas suposições tácitas e declaradas. Complementando o pessimismo de Castoriadis em relação à sociedade moderna, consideramos relevante reproduzir, como forma de indicar os possíveis caminhos para superação da nossa atual condição, a visão de Marcuse (1973, p. 277) sobre a sociedade que emergiu sob o manto da ideologia vigente: “*em relação a hoje e à nossa própria condição, creio que estamos diante de uma situação nova na história, porque temos que ser libertados de uma sociedade rica, poderosa e que funciona relativamente bem. O problema que enfrentamos é a necessidade de nos libertar de uma sociedade que desenvolve em grande medida as necessidades materiais e culturais do homem – uma sociedade que, para usar um slogan, cumpre o que prometeu a uma parte crescente da população. E isso implica que enfrentamos a libertação de uma sociedade na qual a libertação aparentemente não conta com uma base de massas*”.

Ora, se de acordo com Marcuse, a massa têm pouca possibilidade de emancipação do discurso e da ideologia hegemônica, é preciso pensar – como afirmou Adorno “*a necessidade de pensar é o que nos faz pensar*” – quem são os responsáveis por essa transformação. Com surpresa encontramos uma alternativa em Durkheim (1978), o qual afirma que, enquanto em



II Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

Florianópolis - SC - Brasil (Março/2012)

outros tempos as funções econômicas só tinham um papel secundário, hoje elas ocupam o primeiro plano. Diante delas vemos as funções militares, administrativas e religiosas recuarem cada vez mais. Segundo o autor, só as funções científicas têm condições de lhes disputar a posição e, mesmo assim, a ciência hoje só tem prestígio na medida em que pode servir à prática, isto é, em boa parte, às profissões econômicas.

Desse modo, considerando que, de acordo com Durkheim, a ciência seria a única responsável pela transformação da ordem vigente e ressaltando, a centralidade do discurso no processo de reprodução social, desenvolvemos este texto com o intuito de discutir, calcado na premissa de que o discurso deve ser entendido como um processo dialógico – no qual o homem é visto como um ser histórico e ideológico – fruto do diálogo entre discursos e sujeitos (BAKHTIN, 1979), as características, os usos e as possibilidades da Análise do Discurso como uma proposta teórica e metodológica na qual, além de desnudar a crença em um único sentido, em uma única verdade, em um único discurso; forneça meios, a partir do entendimento da linguagem com elemento diretamente relacionada com a vida social (FAIRCLOUGH, 2001), que possibilitem promover tanto teorias e práticas distantes do modelo hegemônico como, e principalmente, (re)construir sentidos e práticas, em todos os aspectos da vida humana associada, que estejam, de certa maneira, livres das pressões (discurso e ideologia) do mercado..

Feitas tais considerações, como forma de sistematizar a presente discussão, nas seções seguintes apresentamos, primeiramente, noções gerais sobre a Análise do Discurso, logo após, abordamos características das duas principais correntes, a corrente francesa e a corrente inglesa – cuja evolução culminou com a Análise Crítica do Discurso e, por fim, desenvolvemos algumas considerações acerca das possibilidades de uso e de que maneira tal proposta pode auxiliar na ruptura com os discursos e com a ideologia vigente.

2. ANÁLISE DO DISCURSO: ORIGENS, CONTEXTO E DEFINIÇÕES PRELIMINARES

Partindo do pressuposto de que durante muito tempo a lingüística se assentou, exclusivamente, no estudo das linguas naturais e com o objetivo de demonstrar os primeiros indícios que contribuiriam para consolidar a Análise do Discurso como proposta teórica e metodológica, de pronto, consideramos relevante mencionar as contribuições de Ferdinand de Saussure ocorridas por volta do século XIX em direção à delimitação metodológica dos estudos lingüísticos e sua tentativa de ampliar o uso das teorias propostas por essa área do conhecimento para outros espaços sociais. Conforme o autor: “[em outros tempos] a lingüística, jamais se preocupou em determinar a natureza do seu objeto de estudo. Ora, sem essa operação elementar, uma ciência é incapaz de estabelecer um método para si própria” (SAUSSURE 1987, p.10). Partindo dessa constatação, Saussure imaginou a existência de uma disciplina que estudaria os signos no meio da vida social, o que validaria sua penetração em outros campos de estudo da atividade humana. Essa ciência, que ele acreditava ser parte da psicologia social, recebeu a denominação de Semiologia, uma ciência geral de todos os sistemas de signos, por meio dos quais se estabelece a comunicação entre os homens (CABRAL 1999).

De uma maneira geral, dentre as inúmeras contribuições do autor em questão aos estudos da linguagem, afora a relação entre significante (imagem acústica) e significado (sentido ou conceito) no processo de construção do signo, a apresentação da dicotomia entre língua e fala, representa umas das posições mais marcantes para o tema em questão. De acordo com Saussure (1987), a dicotomia língua e fala relaciona-se à oposição entre o social e o individual, ou melhor, a língua enquanto elemento de comunicação entre humanos é uma instituição



II Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

Florianópolis - SC - Brasil (Março/2012)

social e um sistema de valores ao mesmo tempo. Sendo um sistema de valores contratuais, além da existência dos signos como elementos de mediação, a língua resiste às modificações do indivíduo sozinho e conseqüentemente, é uma instituição social. (BARTHES, 1971, *apud* ALVES, 2006). Por outro lado, a fala consiste em um ato individual de seleção e atualização constituído por combinações e mecanismos psicofísicos que permitem a exteriorização das combinações. Em síntese, tal dicotomia produziu um objeto teórico do qual ficam excluídos o sujeito, suas marcas espaço-temporais e o sentido, que são relegados ao domínio residual da fala (CABRAL, 1999), pois Saussure (1987) concebia a linguagem como um sistema ou uma estrutura em que qualquer elemento individual não tem sentido fora dos limites dessa estrutura. Mais que isso, ao fazer uma distinção entre fala e língua, o autor aponta para uma relativa autonomia da linguagem em relação à realidade. Entretanto, aceitar tal separação consiste em entender a realidade sem quaisquer contextualizações e, neste sentido, a língua torna-se um objeto asséptico, limitando-nos a “*buscar o poder das palavras nas palavras, ou seja, a buscá-lo onde ele não se encontra*” (BOURDIEU, 1996, p.85).

Alguns anos mais tarde, reconhecendo as idéias de Saussure de que a língua é um fato social, cuja existência está calcada nas necessidades de comunicação entre os homens, Mikhail Bakhtin rejeitou o outro extremo da dicotomia, ou seja, a constatação de que a fala representa uma manifestação puramente individual. Sob esse tema, Bakhtin (1979 *apud* ALVES, 2006) argumenta que a matéria lingüística, defendida por Saussure, é apenas uma parte do enunciado, uma outra parte, não-verbal, que corresponde ao contexto da enunciação, também deve ser incluída na análise lingüística. Em decorrência disso, o processo entre a elaboração mental do conteúdo a ser externalizado à sua real objetivação – a fala – tem o seu conteúdo orientado socialmente, buscando adaptar-se ao contexto imediato do ato de comunicação e, principalmente, aos interlocutores. Para esse autor, cada ato de enunciação corresponde à realização da intersubjetividade humana. Língua e fala seriam, portanto, conceitos que só podem ser compreendidos enquanto uma relação dialética, já que não existe língua sem fala e tão pouco existe fala abstraída da língua (BAKHTIN, 1979, *apud* ALVES, 2006).

A partir destas considerações é possível perceber que a fala, seja no sentido saussuriano ou bakhtiniano, deixou de ser vista como um mero instrumento de comunicação, ou melhor, tanto para Saussure, o qual entende que o sujeito seleciona as combinações a partir da língua para comunicar-se, como para Bakhtin, o qual relaciona as partes verbais e não verbais de um enunciado ao contexto no qual ele acontece, a noção de fala amplia-se, tornando-se, de certa maneira, um discurso e passa a ser analisada, considerando-se os aspectos ideológicos e/ou históricos que permeiam o interlocutor, com o objetivo de compreender, “*além dos próprios enunciados, a intenção do sujeito falante, sua atividade consciente, o que ele quis dizer, ou ainda o jogo inconsciente que emergiu involuntariamente do que disse ou da quase imperceptível fratura de suas palavras manifestas*” (FOUCAULT, 2004, p. 31). Além de conhecermos a base das idéias dos principais autores que influenciaram a consolidação da Análise do Discurso e antes de efetivamente conceituá-la e caracterizá-la, entendemos ser relevante desenvolver algumas linhas acerca das noções de discurso e de formação discursiva.

Um rápido olhar sobre os textos que tratam da Análise do Discurso revela que, afóra a evidência do pouco consenso entre os autores, principalmente para aqueles que trabalham com a corrente francesa, o termo discurso é utilizado com uma grande liberdade e, por conseguinte, de diversas formas. Entretanto subjacente a cada enunciado percebemos a existência de coerência para cada um dos conceitos, ou seja, termos como - ideologia, contexto social, história, tempo, poder, linguagem, dentre outros; estão presentes tanto explícita como implicitamente em cada uma das definições de discurso. Além disso, identificamos que alguns autores estão optando, com vistas a eliminar a dificuldade de delimitar o objeto de estudo da Aná-

II Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

Florianópolis - SC - Brasil (Março/2012)

lise do Discurso, pelo o uso do conceito de formação discursiva de Foucault. De fato esse conceito parece útil, uma vez que serve como delimitador do objeto para ambas as correntes que serão tratadas a seguir, a corrente francesa e a corrente anglo-saxônica.

As formações discursivas condicionam, controlam e delimitam a forma de ver os fatos, de conceituar as coisas e as práticas sociais. Mais que isso, Daudi (1986 *apud* CABRAL, 1999), afirma que, aos termos teoria, disciplina e ciência, tidos como historicamente carregados, Foucault prefere a expressão formação discursiva que sugere que uma teoria ou ciência nunca está plenamente desenvolvida. Ao formar uma unidade, um conjunto de enunciados pode ser moldado em uma teoria científica, que constitui um discurso sobre alguma coisa. Assim, a formação discursiva torna-se um processo de desenvolvimento e construção que, a partir de enunciados dispersos, formam um discurso. Dessas considerações entendemos que a formação discursiva, além de determinar, de certa maneira, o que pode e deve ser dito, revela a proximidade entre discurso e poder, pois, partindo da noção de Althusser (1999) de que o indivíduo é livremente assujeitado para livremente submeter-se às ordens de um sujeito absoluto e universal, ou um determinado discurso, tal assujeitamento faz com que cada um seja conduzido, sem se dar conta, e tendo a impressão de estar exercendo sua livre vontade, a ocupar seu lugar na sociedade (PÊCHEUX & FUCHS, 1990).

Relacionando tais discussões à hegemonia do discurso empresarial, legitimada pela ciência e pelo mercado e considerando que as empresas, de acordo com Pagès *et al.*, (1987), assumiram o papel de fornecedoras de identidade tanto social quanto individual, é importante reproduzir as palavras de Faria e Meneghetti (2001, p. 1), acerca do controle do discurso e, conseqüentemente, da manutenção da ideologia, segundo os quais *“todo discurso esconde uma rede simbólica de relações de dominação ideológica e de poder. Cada palavra expressa no ambiente organizacional está, de alguma forma, sendo monitorada e classificada. Todo discurso que destoia da sinfonia organizacional é reprimido, não necessariamente através de punições coercitivas explícitas aplicada pela direção central da organização, mas através dos grupos internos, do controle psíquico da ideologia. Há uma delimitação imaginária (CASTORIADIS, 1995), em que o indivíduo pode se aventurar com o uso de suas palavras, diálogos e argumentações, devendo estar, contudo, estar atendo para que o seu discurso não ponha em risco os grupos dominantes e a ideologia vigente na organização”*.

Assim, de uma maneira geral, ao buscar compreender como a linguagem produz sentido e relacionando-a com sua exterioridade, a Análise de Discurso, de acordo com Maingueneau (1993), pode significar quase qualquer coisa, uma vez que toda a produção de linguagem pode ser considerada como um discurso. Apesar disso, em termos gerais, a Análise de Discurso, segundo Orlandi (2002), não trata, especificamente, da língua ou da gramática, embora todas essas coisas lhe interessem, o objeto de estudo que interessa é o discurso e sua forma de produção de sentido. Assim, ao perseguir o desafio de construir interpretações, a Análise do Discurso parte do pressuposto de que um sentido oculto deve ser captado, o qual, sem uma técnica apropriada, permanece inacessível. A busca da significação oculta não implica a crença em um único sentido, o foco de interesse é a construção de procedimentos capazes de transportar o leitor a compreensões menos óbvias, mais profundas através da desconstrução do literal, do imediato (MAINGUENEAU 1997 *apud* ALVES, 2006; CABRAL, 1999).

Desse modo, como afirmou Cabral (1999), Análise do Discurso pretende demonstrar que aquilo que é lido não é a realidade, mas apenas um relato da realidade propositadamente construído de um determinado modo, por um determinado sujeito. Através do destrinchamento do funcionamento dos textos e da conseqüente observação de sua articulação com as formações ideológicas, ela permite desvendar, no contexto da sociedade, o confronto de forças, as relações de poder, os domínios do saber (CABRAL, 1999). Outrossim, a Análise do Dis-

II Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

Florianópolis - SC - Brasil (Março/2012)

curso considera essencial a relação da linguagem com a exterioridade, que pode ser compreendida como as condições de produção do discurso. Nessas condições estão incluídos não apenas o falante e o ouvinte, mas também o contexto histórico-social e ideológico da comunicação. Embora parta de conceitos estritamente técnicos advindos da lingüística, a Análise do Discurso, enquanto técnica ou perspectiva de pesquisa, não é uma abordagem hermética, de domínio exclusivo dos lingüistas. Ela engloba e pressupõe uma variedade de conhecimentos de áreas afins como a psicologia, a sociologia, e a filosofia (CABRAL, 1999). Assim, desvendando os mistérios da linguagem, rompendo a opacidade das palavras e das frases, desvelando os segredos dos subentendidos, penetrando nos implícitos do dito, essa análise vem compondo um instrumental metodológico que, a partir do conceito de discurso permite compreender-lhe os sentidos múltiplos criados através da complexa trama de atores que o realizam (BALLALAI 1989).

Enquanto estratégia de pesquisa, a Análise do Discurso é de difícil caracterização, uma vez que, de acordo com Cabral (1999), sua aparente volatilidade advém do fato de que seu objeto, ora perspectiva-se lingüisticamente, ora ideologicamente, caracterizando, talvez, uma pretensa antinomia que, se por um lado, favorece um maior aprofundamento em cada uma dessas abordagens, por outro, impede a visão da totalidade, postura frequentemente distante dos princípios funcionalistas. Ademais, de acordo com Orlandi (2002), enquanto as abordagens qualitativas tradicionais comumente assumem um mundo social e, a partir daí, procuram entender o significado deste mundo para os participantes, a Análise do Discurso, por outro lado, tenta explorar como as idéias e objetos socialmente produzidos que existem no mundo foram criados e como eles se mantêm ao longo do tempo. Dessa perspectiva, é possível inferir uma das características mais marcantes da Análise do Discurso, ou seja, se por um lado as perspectivas tradicionais de pesquisa tanto quantitativas como qualitativas contentam-se em descrever e interpretar uma determinada realidade social, tal perspectiva, além de revelar as relações de poder subjacentes ao processo de construção da realidade, ao desnudar as concepções convencionalmente instauradas pela ideologia vigente, ocupa-se diretamente da crítica e da denúncia e, em alguns casos, das formas de emancipação.

Afora as características gerais que permeiam a Análise do Discurso e devido a sua interdisciplinaridade, a multiplicidade de significados e usos que se pode fazer dessa abordagem, percebemos que essa pode ser dividida em duas grandes linhas: a corrente francesa e a corrente anglo-saxônica. A linha francesa, oriunda dos trabalhos de Saussure, Pecheux e dos princípios promulgados pelos estruturalistas, busca, ao atrelar uma perspectiva histórica à análise do texto, explicitar as relações entre linguagem e ideologia, destacando o assujeitamento do sujeito que reproduz formações discursivas historicamente constituídas. Para desenvolver essa proposta, a corrente francesa extrapola os limites da lingüística e tenta desvendar as questões filosóficas, políticas, culturais, econômicas que permeiam o texto. A linha anglo-saxônica, por outro lado, ainda que inspirada nos trabalhos iniciais da corrente anterior, ao apoiar-se nos enfoques interacionistas e etnometodológicos (oriundos da antropologia), ocupa-se da oralidade (comunicação cotidiana) e dos sistemas sociológicos que a permeiam. Assim, a corrente anglo-saxônica propõe um enfoque intralingüístico a partir das interações entre os níveis sintático e semântico, bem como das questões entre coesão e coerência da linguagem. Diferentemente da anterior, essa linha não se ocupa da análise do sujeito enquanto produtor de formações discursivas, clivado por ideologias, mas sim da investigação das conseqüências sociais e políticas que se originam dessa reprodução discursiva. Em síntese, é possível dizer que enquanto a linha francesa se importa com como a materialidade enunciativa evidencia um sujeito produtor de formações discursivas, a linha anglo-saxônica se preocupa

II Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

Florianópolis - SC - Brasil (Março/2012)

com categorizações inerentes a essa materialidade enunciativa com vistas a desvelar (e/ou desafiar) a enunciação propriamente dita.

Das tradições supracitadas, duas grandes propostas emergiram com o intuito de realizar a Análise do Discurso: uma derivada da corrente francesa, comumente denominada de Análise do Discurso - AD e outra, de origem anglo-saxônica, que, depois de diversos desdobramentos, culminou com o surgimento da Análise Crítica do Discurso - ACD.

3. UM OBJETO, DUAS PERSPECTIVAS

Na presente seção discorreremos inicialmente acerca da Análise de Discurso defendida pela corrente francesa, a partir das idéias de seu principal expoente: Michel Pêcheux. Logo após, com o objetivo de realizar uma análise comparativa, descreveremos, com base nos trabalhos de Norman Fairclough, as principais características da Análise Crítica do Discurso, uma teoria e um método oriundo da tradição anglo-saxônica.

3.1 Análise do Discurso: a perspectiva de Michel Pêcheux

Partindo da noção de que o discurso representa um lugar particular no qual a linguagem materializa a ideologia, Michel Pêcheux, busca teorizar acerca dos mecanismos de determinação histórica que permitem explicitar o funcionamento discursivo. Desse modo, o autor em questão, auxilia na construção da Análise do Discurso, enquanto disciplina e método, que, de uma maneira geral, vai articular o lingüístico, o sócio-histórico e o ideológico, colocando a linguagem na relação com os modos de produção social. Uma vez que, segundo Orlandi (2002), como não há discurso sem sujeito e não há sujeito sem ideologia, existe entre os diferentes modos de produção social, um modo de produção social específico – simbólico e materializado através do discurso. Dito de outra forma, através da caracterização dos funcionamentos discursivos e da consideração de que o sujeito é uma parte do processo de produção do sentido, o qual é ideologicamente comprometido, a Análise do Discurso procura, a partir do estabelecimento da propriedade do discurso e de suas condições de produção, estabelecer a relação entre o lingüístico e o ideológico – detectando marcas e propriedades do discurso (ORLANDI, 2002). De acordo com Juliano (2007), a proposta de Pêcheux foi tanto abrir uma fissura teórica no campo das ciências sociais como propor uma disciplina que pudesse romper com a concepção tradicional da linguagem.

Quando entendida a partir de um processo histórico, a Análise do Discurso de Pêcheux pode ser dividida em três fases distintas. Na primeira fase, inaugurada com o lançamento do livro *Análise Automática do Discurso*, Pêcheux, além de definir que o discurso é efeito de sentido entre interlocutores, esforça-se, a partir da apresentação de algoritmos, para teorizar sobre como é possível realizar uma análise automática, objetiva, geral e universal dos discursos (ORLANDI, 2002). Em um segundo momento, ao aproximar-se das discussões filosóficas e das noções de formação discursiva de Foucault, de arqueologia e de interdiscursividade, Pêcheux rejeita, de certa forma, suas idéias anteriores e propõe, ao afirmar que o sujeito é afetado pelo inconsciente e interpelado pela ideologia, um aprimoramento teórico para a Análise do Discurso. Por fim, Pêcheux, de acordo com Orlandi (2002), ao propor uma inovação metodológica (gesto de leitura) e uma sofisticação no tratamento do sujeito (a questão da dispersão do sujeito e suas posições na formação discursiva entram em cena para acabar a idéia do sujeito comportado em seu assujeitamento a uma forma-sujeito histórica determinada), inaugura a terceira e última fase de desenvolvimento da Análise do Discurso da corrente francesa. A partir desse momento, a Análise do Discurso passa a considerar o discurso como um processo, um processo que se dá sobre a língua, como base, no encontro, de uma memória (interdiscurso) e de uma atualidade (o próprio movimento da produção material da vida) (ORLANDI, 2002).



II Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

Florianópolis - SC - Brasil (Março/2012)

A análise dos elementos constituintes da proposta do autor, é possível predizer que a Análise de Discurso desenvolvida por Pêcheux, ao final da terceira fase assentou-se, basicamente, em três vertentes, transversadas pelos princípios da subjetividade (psicanálise): o materialismo histórico, a lingüística e a teoria do discurso. Na vertente do materialismo histórico retirou-se a noção de superestrutura e do modo de produção que domina a sociedade. Partindo da idéia de Althusser (1999), de que a ideologia é uma representação da relação imaginária dos indivíduos com suas condições reais de existência, a Análise do Discurso procura demonstrar com um determinado discurso reflete a ideologia enquanto produtora de sentidos, ou melhor, pensar a ideologia no âmbito da Análise do Discurso, significa deslocar a relação imaginária com o mundo real, vista por Althusser como o objeto da representação ideológica, para o interior dos processos de significação (JULIANO, 2007). Na vertente da lingüística a Análise do Discurso retirou as discussões acerca da teoria dos mecanismos sintáticos e dos processos de enunciação. Partindo da idéia de que a língua é o lugar material onde se constroem os sentidos, Pêcheux e Fuchs (1990) enfatizam que se torna impossível analisar um discurso como um texto, isto é como uma seqüência lingüística fechada em si mesma, mas é preciso referi-lo ao conjunto de discursos possíveis, a partir das circunstâncias em que ele foi produzido. Desse modo, a Análise do Discurso, com sua origem ligada ao político, acaba, por inaugurar uma nova percepção do político, pela sobrevivência com a materialidade da linguagem, materialidade esta ao mesmo tempo lingüística e histórica (ORLANDI, 1990 *apud* JULIANO, 2007). A vertente da teoria do discurso é utilizada para determinar historicamente os processos semânticos, uma vez que, diretamente associada aos processos lingüísticos e históricos, o processo semântico está vinculado à exterioridade ou à ideologia do discurso.

3.2 A Análise Crítica do Discurso de Norman Fairclough

De acordo com Fairclough (2001) todo discurso é um conjunto inter-relacionado de textos e de práticas de produção, disseminação e recepção, além disso, segundo o autor, ele não é apenas um modo de ação, uma forma das pessoas agirem sobre o mundo e sobre os outros, mas também é um modo de representação e construção da realidade, o discurso é tanto uma prática de representação do mundo como também de significação do mesmo, uma relação dialética entre discurso e estrutura social. Com base nestas idéias Fairclough propõe um modelo teórico-metodológico que se interessa particularmente pela linguagem como prática social, tendo seu foco tanto nos processos e nas práticas sociais como no papel do discurso na produção e/ou reprodução de relações assimétricas de poder. Em outras palavras, o autor desenvolve aquilo que é chamado de Análise Crítica do Discurso. Oriunda da Teoria Social do Discurso, assentada na percepção da linguagem como parte irredutível da vida social e privilegiando uma postura emancipatória, a Análise Crítica do Discurso procura compreender quais estruturas, estratégias e outras propriedades de textos, da fala, da interação verbal ou de eventos comunicativos exercem um papel nos modos de produção e reprodução de estrutura da dominação (VAN DIJK, 1993 *apud* BREI E MISOCZKY, 2007). Portanto, a Análise Crítica do Discurso não é apenas um método para realização de investigações qualitativas e estruturadas de texto; ela explora como as idéias e objetos produzidos socialmente constroem uma determinada realidade social (FAIRCLOUGH, 2003 *apud* BREI E MISOCZKY, 2007).

Com vistas a operacionalizar essa proposta, Fairclough (2001), além de apoiar-se na lingüística sistêmico-funcional e na lingüística crítica, ambas oriundas dos trabalhos de Halliday, afirma que o discurso deve ser considerado como uma prática de significação do mundo uma vez que esse contribui para: 1) a construção do que é referido como "identidades sociais" e posições de sujeito, para o sujeito social e os tipos de eu; 2) para a construção das relações sociais; e 3) para a construção de sistemas de conhecimento e crença. Esses três efeitos do discurso correspondem a três dimensões de sentido ou de funções da linguagem que esse au-



II Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

Florianópolis - SC - Brasil (Março/2012)

tor, inspirado nas metafunções de Halliday (1994), distingue em: 1) identitária - como as identidades sociais são estabelecidas no discurso; 2) relacional - como as relações sociais são representadas e negociadas; e 3) ideacional - como os textos significam o mundo e seus processos, identidades e relações.

Partindo dessas considerações sobre o discurso, Fairclough (2001), em uma tentativa de reunir três tradições analíticas (a tradição da análise textual e lingüística, a tradição micro-sociológica que considera a prática social como produzida e entendida pelas pessoas com base em procedimentos compartilhados do senso comum e a tradição macrosociológica de análise da prática social em relação as estruturas sociais), propõe um conceito tridimensional para o discurso e para a análise do discurso, uma vez que em qualquer evento discursivo ocorrem simultaneamente: 1) *“um texto, sobre o qual é feita uma análise lingüística; 2) uma prática discursiva, ou interação, que trata dos processos de produção, distribuição e interpretação ou consumo textual,; e 3) uma prática social, que foca sua atenção nas situações institucionais e organizacionais do evento discursivo e na maneira pela qual elas dão forma à natureza da prática discursiva e produzem efeitos constitutivos e construtivos das entidades e relações sociais”* (ROSA FILHO E MISOCZKY, 2006, p. 6-7).

De uma maneira geral, de acordo com Fairclough (2001), a ligação entre texto e prática social é mediada pela prática discursiva, que envolve a produção, a distribuição e o consumo dos textos; gerados a partir de processos sociais e interpretados por indivíduos ou grupos que produzem, de acordo com seu posicionamento dentro das estruturas e dos processos sociais, significados oriundos de suas interações com esses mesmos textos. Desse modo, ao explorar como os textos adquirem significados por meio da relação entre texto, discurso e contexto e como eles contribuem para a constituição da realidade social, por meio dessa construção de significado, o modelo tridimensional de análise do discurso, de acordo com (FAIRCLOUGH, 2001), visa (1) *“explorar sistematicamente as relações freqüentemente opacas de causalidade e determinação entre (a) práticas discursivas (eventos e textos) e (b) estruturas sociais (relações e processos mais amplos); (2) investigar como essas práticas, eventos e textos surgem de relações e lutas de poder; e (3) explorar como a opacidade das relações entre o discurso e a sociedade é ela própria um fator que assegura o poder e a hegemonia”* (FAIRCLOUGH, 2001, p. 35 *apud* LIMA, 2006). Assim, a proposta de Fairclough (2001) orienta-se para o estabelecimento de conexões explanatórias entre os modos de organização e interpretação textual, identificando como os textos são produzidos, distribuídos e consumidos em um sentido mais amplo e a natureza da prática social em termos de sua relação com as estruturas e lutas sociais (LIMA, 2006).

Neste sentido, para Fairclough (2001) o discurso é entendido como uma prática política e ideológica, ou seja: 1) uma prática política, uma vez que estabelece, mantém e transforma as relações de poder e as entidades coletivas e 2) uma prática ideológica, pois constitui, naturaliza, mantém e transforma os significados do mundo de posições diversas nas relações de poder (FAIRCLOUGH, 2001). Assim, tal proposta é crítica uma vez que busca desnudar, analisar as conexões entre discurso, ideologia (Pereira e Misoczky, 2006) e política, conexões majoritariamente obscuras, dificilmente percebidas pelos sujeitos envolvidos, logo facilmente naturalizadas, reproduzidas e não contestadas (FAIRCLOUGH, 2001). Contudo, se a prática discursiva, consolidada pela produção, distribuição e consumo de textos é uma faceta da luta hegemônica que contribui em diferentes graus para a reprodução ou para a transformação das relações de poder, para além da ordem do discurso, a Análise Crítica do Discurso proposta por Fairclough, ao centrar-se, principalmente, nesse ponto, procura identificar, analisar e denunciar as maneiras pelas quais o abuso do poder social, a dominação e a desigualdade são produ-

II Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

Florianópolis - SC - Brasil (Março/2012)

zidos, reproduzidos e resistidos por meio de textos e falas presentes no contexto social (LIMA, 2006).

4. O DESFECHO: POR OUTRAS POSSIBILIDADES....

Após essa revisão a respeito das diferentes posições e desdobramentos do uso da análise do discurso apresentamos algumas reflexões a cerca de novas possibilidades ou desenvolvimentos do uso dessa abordagem. Assim, nos próximos parágrafos, pretendemos inicialmente e de maneira bastante sucinta, desenvolver considerações acerca de algumas das principais divergências e convergências entre as duas abordagens discutidas na seção anterior: a Análise do Discurso da corrente francesa – apresentada a partir das idéias de Michel Pêcheux e a Análise Crítica do Discurso da corrente anglo-saxônica – discutida com base nas idéias de seu principal expoente, Norman Fairclough. Por fim, transportando tais discussões para dentro da Ciência da Administração e retomando a discussão da supremacia de um mundo sobre todos os outros, produzido, reproduzido e disseminado a partir de um determinado discurso – prática discursiva desenvolvida no antelóquio deste trabalho, buscamos demonstrar como e porque a Análise do Discurso em ambas abordagens, enquanto teoria e método, pode representar uma alternativa, considerando a centralidade (poder) da ciência, como enfatizado, no processo de criação de discursos distantes da ideologia vigente, de superação, ou, no mínimo, de denúncia, das formas tradicionalmente arraigadas e legitimadas de controle e dominação social.

De uma maneira geral, embora ambas as abordagens relacionem discurso com ideologia, um dos principais aspectos que as distancia reside justamente nesse ponto. Ao utilizar a concepção de ideologia de Althusser, percebemos que a AD tende a diminuir ou desconsiderar o poder do indivíduo como um agente capaz de propor modificações na tessitura social, ou melhor, de acordo com Fairclough (2001), o trabalho de Althusser enfatiza uma visão unilateral e impositiva de ideologia (dominação), desse modo, ao exagerar na constituição ideológica dos sujeitos, tal postura tende a limitar ou subestimar a capacidade desses sujeitos agirem, individualmente ou coletivamente, em direção à modificação da ideologia vigente. Na contramão dessa proposta, a ACD, ao privilegiar uma postura emancipatória, rejeita os pressupostos althusserianos de ideologia e incorpora, como já mencionado, as noções de hegemonia de Gramsci e de ideologia de Thompson. Partindo da idéia de que a hegemonia está relacionada com uma posição temporária e parcial de interpretação da realidade, Pereira e Misoczky (2007 p. 6-7) salientam que *“a Teoria de Ideologia proposta por Thompson (2002) é utilizada como complemento e aliada para o estudo dos modos de operação da ideologia nos textos analisados. Na análise da ideologia interessam as maneiras como formas simbólicas se entrecruzam com relações de poder e, portanto, com lutas hegemônicas. Para esse autor, fenômenos ideológicos são fenômenos simbólicos significativos desde que sirvam, em circunstâncias sócio-históricas específicas, para estabelecer e sustentar relações de dominação. Portanto, é útil identificar certos modos de operação gerais da ideologia e indicar algumas das maneiras como eles podem estar ligados, em circunstâncias particulares, com estratégias de construção simbólica”*. Acreditamos que nesse ponto reside a grande diferença entre a AD e a ACD. Enquanto a primeira, por mais que se oriente para descrever, denunciar e desnudar as relações entre linguagem e ideologia, ela impede ou dificulta, devido à noção de ideologia adotada, a construção de estratégias ou a revelação de discursos emancipatórios; a segunda, ao discorrer acerca do caráter mutante do discurso e incluir a noção de hegemonia, além de possibilitar a compreensão da ordem vigente, contribui para dissolver e reconfigurar o senso comum.

Em relação aos pontos em comum entre a AD e a ACD, embora já tenham sido mencionadas em outros momentos, merecem destaque: 1) apesar de incorporaram perspectivas

II Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

Florianópolis - SC - Brasil (Março/2012)

diversas no desenvolvimento de suas propostas ambas abordagens partem da concepção de discurso, de formação discursiva e de ordem do discurso proposta por Foucault (2007); 2) tanto a AD como a ACD servem-se de alguns princípios marxistas, dentre eles a dialética; 3) as duas, por se apoiarem em aspectos qualitativos e subjetivos, distanciam-se em termos epistemológicos e metodológicos, dos princípios promulgados pelo paradigma científico vigente (BURREL E MORGAN, 1979) e 4) tanto por incorporarem diversas áreas do conhecimento na construção de suas propostas, como por ampliarem seus usos para outros campos científicos, podemos auferir que a AD e a ACD primam pela adoção de posturas inter e transdisciplinar.

Dentre as considerações anteriores, ressaltamos que a incorporação do princípio da dialética pela abordagem francesa provoca certa estranheza. Ressaltando algumas características da dialética como: 1) historicidade – caracterizada pela mobilidade constante da história; 2) processo – propriedade de estar sempre em formação, totalidade e as partes sempre em movimento, ou seja, nunca ser algo acabado (relatividade social); 3) mutação social – assume com normalidade a mudança do sistema, a contradição, os contrários, as tensões; 4) como método - se caracteriza pela negação, pela destruição da lógica formal; e 5) conflito social – a existência de contradições internas que podem superar a ordem vigente (GURVITCH, 1987; DEMO, 1985); é possível predizer que, tal postura, sendo ao mesmo tempo leis do real e do pensamento, pode ser resumida como uma análise do movimento, ou seja, a análise da continuidade e descontinuidade, do aparecimento e choque das contradições, dos saltos qualitativos e da superação. Ora, se a dialética ocupa-se dessas questões é difícil compreendermos como a AD proposta por Pêcheux pode, além de restringir-se a crítica, deixando de lado a transformação social, associar a dialética com a noção de ideologia de Althusser, a qual desconsidera o papel do indivíduo e tem uma visão unilateral desse processo.

Afora tal questionamento e considerando as discussões realizadas até aqui, ao ocupar-se da crítica e da desfamiliarização (SANTOS, 2000) com o que está estabelecido e é convencionalmente aceito como normal, virtual, inevitável e necessário, tais posturas, além de proporcionar a auto-reflexividade, podem, em termos de prática de pesquisa científica, contribuir para o desenvolvimento de estratégias distantes paradigma vigente, e, em alguns casos (ACD), estabelecer um novo senso comum emancipatório. Pois, como afirmou Ballalai (1989), através de um processo de desconstrução sistemática, a Análise do Discurso (corrente francesa ou anglo-saxônica) constrói um novo entender dos discursos produzidos numa área, quase sempre voltada para a definição política e ideológica que esses encobrem. Ela é um processo de desmascaramento da palavra, numa busca da verdade que se esconde atrás dela, uma denúncia do não dito (BALLALAI 1989). Transpondo tais idéias para a Ciência da Administração e ressaltando que grande parte dos conhecimentos, teorias, métodos e práticas gerados por essa ciência são oriundos de outros contextos, normalmente do contexto americano, ao adotar a AD e, principalmente, a ACD, percebemos a possibilidade de construir conhecimentos específicos, ou, no mínimo, sociologicamente reduzidos (RAMOS 1996) para o contexto no qual ela está sendo utilizada.

Por fim, resgatando a discussão de Etzioni (1967), de que vivemos em uma sociedade de organizações e que, de acordo com Lapassade (1977), devido à intensa racionalização das atividades, com o objetivo de aumentar a eficácia – lucro e a criação de regras para manter coesão, típicas do paradigma vigente, tal organização, leia-se empresa passa a ter “vida própria”, com características e objetivos, na maioria das vezes, distintos daqueles dos indivíduos que a criaram, ou seja, a partir desse momento, a instituição não precisa mais de qualquer consenso de grupo e passa, em decorrência disso, a renovar, ampliar e reafirmar as bases científicas e ideológicas hegemônicas; consideramos imperativo lembrar o alerta de Guer-

II Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

Florianópolis - SC - Brasil (Março/2012)

reiro Ramos (1989, p. XI) para o fato de que precisamos, definitivamente e urgentemente, de “*um modelo alternativo de pensamento ainda não articulado em termos sistemáticos, porque a sociedade centrada em mercado, mais de duzentos anos depois de seu aparecimento, está mostrando suas limitações e sua influência desfiguradora da vida humana como um todo*” (GUERREIRO RAMOS, 1989, p. XI). Tais colocações foram apresentadas no intento de demonstrar que, dado o poder da ciência no processo de manutenção ou transformação da ordem vigente e a supremacia de um discurso sobre todos os outros, ao fim desse texto e manifestando nossa inclinação para a ACD, percebemos que essa proposta, ao desmascarar, desvendar e criticar a *doxa* promulgada por Bourdieu, ou seja o discurso empresarial amplamente disseminado e legitimado, além de servir como um alerta, pode representar uma alternativa teórica e metodológica para a construção e ou revelação de estratégias emancipatórias tanto de pesquisa, considerando que o discurso científico também legitima a ideologia vigente, como de práticas de um novo senso comum (destruição da serialidade – Lapassade, 1977).

Por hora, enquanto a ACD não se consolida como uma outra prática, talvez hegemônica, a sentença de H. P. Lovecraft, apesar de pouco animadora, continua sendo válida: “*Uma das maiores bênçãos do mundo, creio eu, é a incapacidade que tem a mente humana de correlacionar todos os seus conhecimentos. Vivemos numa plácida ilha de ignorância, em meio a negros mares de infinitude, e o Criador não pretendeu que viajássemos até muito longe. As ciências, cada qual se esforçando em sua própria direção, até agora causaram-nos pouco dano; mas algum dia, a concatenação de conhecimentos dissociados há de descortinar panoramas tão terrificantes da realidade, e de nossa pavorosa posição nela, que ou a revelação nos enlouquecerá ou fugiremos da luz fatal para a paz e a segurança de uma nova Era*”.

5. REFERÊNCIAS

- ALTHUSSER, L. **Sobre a reprodução**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.
- ALVES, Mário Aquino; GOMES Marcos Vinícios Peinado; SOUZA; Caio Motta Luiz de. Análise do Discurso no Brasil: Será Ela Crítica? In: XXX EnANPAD (2006: Salvador). **Anais ...** Salvador: ANPAD, 2006. em CD-ROM.
- BAKHTIN, M. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Ed. Hucitec, 1979.
- BALLALAI, R. Notas e subsídios para a análise do discurso: uma contribuição à leitura do discurso da administração’, **Forum Educacional**, 1989.
- BOURDIEU, P. **Sociologia**. São Paulo: Ed. Ática, 1994.
- BOURDIEU, P. **A economia das trocas lingüísticas**. São Paulo: EDUSP, 1996.
- BREI, V. e MISOCZKY, M. C. O Poder Simbólico do Discurso da Água e a Reorganização do Campo da Água Potável na França. In: XXXI EnANPAD (2007: Rio de Janeiro). **Anais ...** Rio de Janeiro: ANPAD, 2006. em CD-ROM.
- BURREL, G. e MORGAN, G. Part 1: In search of a framework 1. Assumptions about the nature of social science e 2. Assumptions about the nature of society. In: BURREL, G. e MORGAN, G. **Sociological paradigms and organizational analysis**. London, 1979.
- CABRAL, A. C. A análise do discurso como estratégia de pesquisa no campo da administração: um olhar inicial. In: XXIII ENCONTRO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO (1999: Foz do Iguaçu). **Anais ...** Organizações. Foz do Iguaçu: ANPAD, 1999. em CD-ROM.
- COOPER, R. e BURRELL, G. Modernismo, Pós-modernismo e Análise Organizacional: uma introdução. **Revista de Administração de Empresas**. São Paulo, v.46, nº1, p. 87-101, 2006.
- DEMO, P. **Metodologia científica em ciências sociais**. São Paulo: Atlas, 1985.
- DURKHEIM, É. As regras do método sociológico. In: **Émile Durkheim**. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

II Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

Florianópolis - SC - Brasil (Março/2012)

- DUSSEL, E. Vivemos uma primavera política. **Conferência ministrada na UFSC**, 2006.
- ETZIONI, A. **Organizações Modernas**. São Paulo: Pioneira, 1967.
- FAIRCLOUGH, N. **Discurso e mudança social**. Brasília: Editora UnB, 2001.
- FARIA, J. H. F.; MENEGHETTI, F. K. Discursos Organizacionais. In: XXV ENCONTRO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO (2001: Campinas). **Anais ... Organizações**. Campinas: ANPAD, 2001. em CD-ROM
- FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. 7ª. ed., Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.
- _____. **A Ordem do Discurso**. 15ª ed., São Paulo: Loyola, 2007.
- GRAY, J. **Cachorros de Palha**: reflexões sobre humanos e outros animais. Rio de Janeiro: Record, 2007.
- GUERREIRO RAMOS, A. **A Nova Ciência das Organizações**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas. 1989.
- _____. **A Redução Sociológica**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1996.
- GURVITCH, G. Caracterização prévia da dialética. In: **Dialética e sociologia**. São Paulo: Vértice, 1987.
- HALLIDAY, M. A. K. **An introduction to Functional Grammar**. London: Arnold, 1994.
- JULIANO, A. N. SUJEITO E ESCRITURA: uma perspectiva discursiva sobre erro. **Dissertação de Mestrado em Letras**. Pelotas. 2007, UFPel.
- LAPASSADE, G. Dialética dos grupos, das organizações, das instituições. In: **Grupos, organizações e instituições**. Rio de Janeiro: Francisco Alves Editora, 1977.
- LIMA, E. S. Discurso e identidade: um olhar crítico sobre a atuação do(a) intérprete de libras na educação superior. Dissertação de Mestrado em Linguística, Brasília. UnB, 2006
- MARCUSE, H. **A ideologia da sociedade industrial**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1973.
- MARX, K. **A ideologia alemã**. São Paulo: Hucitec, 1984.
- ORLANDI, E. . *Análise de Discurso: princípios e procedimentos*. Campinas: Pontes, 2002.
- MAINGUENEAU, D. **Novas Tendências em Análise do Discurso**. Campinas: UNICAMP, 1993.
- PAGÈS, M., BONETTI, M, DE GAULEJAC, V. e DESCENDRE, D. **O poder das organizações**. São Paulo: Atlas, 1987.
- PÊCHEUX & FUCHS (1975). A Propósito da Análise Automática do Discurso. In: GADET & HAK(orgs.). **Por uma Análise Automática do Discurso**. Campinas: Ed. Unicamp, 1990.
- PEREIRA, Ilídio M; MISOCZKY, Maria Ceci. Peter Drucker e a legitimação do capitalismo tardio: uma análise crítica de discurso In: XXX EnANPAD (2006: Salvador). **Anais ... Salvador**: ANPAD, 2006. em CD-ROM.
- ROSA, Alexandre Reis; TURETA, César; PAÇO-CUNHA, Elcemir. Estudos Críticos e Pesquisa Organizacional: Uma Proposta Teórico-Metodológica a Partir da Análise Crítica do Discurso e da Teoria do Discurso de Pierre Bourdieu. In: XXX EnANPAD (2006: Salvador). **Anais ... Salvador**: ANPAD, 2006. em CD-ROM.
- ROSA FILHO, D.S. e MISOCZKY, M.C. Proposta de Referencial de Análise de Políticas Públicas Fundamentado em Relações Sociais Mediadas pela Linguagem, Relações de Poder e Razão Prática. In: XXX EnANPAD (2006: Salvador). **Anais ... Salvador**: ANPAD, 2006. em CD-ROM.
- ROSA FILHO, D.S. e MISOCZKY, M.C. A regulação no contexto brasileiro: reflexões inspiradas em Guerreiro Ramos, Maurício Tragtenberg e Fernando Prestes Motta. In: **ENANPAD**. Salvador: ANPAD, 2004.
- SANTOS, B. S. Um discurso sobre as ciências na transição para uma ciência pós-moderna. São Paulo: USP, **Estudos Avançados**, nº 3, maio/agosto 1988.



II Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

Florianópolis - SC - Brasil (Março/2012)

_____. **A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência.** 2ª ed., Cortez: São Paulo, 2000

SAUSSURE, Ferdinand. Curso de Lingüística Geral. SP, Cultrix, 1987.

SOLÉ, Andreu. ¿Qué es una empresa ? Construcción de un idealtipo transdisciplinario. **Working Paper.** Paris, 2004.

· _____. Créateurs de mondes – nos possibles, nos impossibles. Paris: Éditions du Rocher, 2000

THOMPSON, J. B. **Ideologia e cultura moderna:** teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. Petrópolis: Vozes, 2002.

WACQUANT, L. O legado sociológico de Pierre Bourdieu: duas dimensões e uma nota pessoal. **Revista de Sociologia e Política.** n.19, p.95-110, Novembro, 2002.

WITTGENSTEIN, L J. J. **Investigações filosóficas.** São Paulo: Nova Cultura, 1996.